

Ata da Audiência Pública para discutir questões relacionadas á Violência contra a Mulher.

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto do ano de 2019, às 09h (nove horas) sob a **Presidência e Propositura da vereadora Simone Andrade**, reuniu – se na Câmara Municipal de Maceió, situado a Rua Sá e Albuquerque, número 546 nesta Capital para debater questões relacionadas à violência contra a mulher. Dado início a senhora Presidente convidou para compor a mesa de honra os senhores: **Ana Hora - vereadora. Cristiane da Silva Pinheiro – subcomandante da patrulha Maria da Penha. Dilma Pinheiro – superintendente de políticas pública da secretaria estadual da mulher. Paula Lopes – advogada e idealizadora da ONG centro de defesa do direito da mulher. Cibele Moura - deputada estadual.** Após, solicitou a todos para em posição de respeito ouvir a execução do Hino Nacional. Leu em tribuna o seu pronunciamento ressaltando a preocupação com os atos de violência cometidos contra as mulheres que vai além de hematomas e arranhões estendendo para as fases nos relacionamentos que se manifestam de modos diferentes. Citou uma matéria publicada no jornal Alagoas com registro de trinta e cinco por cento de casos de violência contra a mulher. Trouxe a ideia de realizar palestra nas escolas sobre esse assunto e se colocou a disposição bem como deixou incentivo para que as denúncias sejam registradas. Passou a palavra para a senhora, **Natasha Suruagy – advogada e pesquisadora do centro de defesa dos direitos da mulher** - registrou os avanços alcançados mediante palestras realizadas em combate a violência contra a mulher exemplificando a criação da lei Maria da Penha e outras mais ainda não conseguimos aplacar a violência haja vista que o Brasil é o sétimo País onde se mata mais mulheres. Lamentou que o nosso estado conte apenas com um centro de atendimento a mulheres vítimas de violência com funcionamento no bairro Amélia Rosa enquanto que o maior índice de casos ocorre na parte alta da cidade além do fechamento da casa Terezinha Ramires e a ausência de abrigos para as vítimas. Sugeriu um trabalho voltado para a prevenção e não só a

punição. Passada a palavra para os membros da mesa de honra fizeram uso as senhoras: **Cristiane da Silva Pinheiro**- falou sobre o trabalho realizado pela patrulha Maria da Penha que iniciou com a parceria entre o governo do estado e município tendo como objetivo fiscalizar o cumprimento das medidas judiciais aplicadas em favor das vítimas como também prestar orientação as mulheres. Apresentou slide tratando do: **fluxograma geral dos serviços prestados as vítimas, medidas protetivas, força tarefa e registro de atendimento durante um ano pela patrulha Maria da Penha**. Ressaltou que apesar das dificuldades que ainda temos a lei Maria da Penha serviu como avanço em defesa das mulheres. A senhora Presidente informou que entrará nesta Casa com um projeto de lei solicitando a criação da patrulha Maria da Penha dentro da guarda municipal. A seguir, **Paula Lopes**- ressaltou o trabalho gratuito realizado pela ONG com o objetivo de defender os direitos da mulher vítima de violência e que tem restaurado a autoestima das mesmas dentre outras ações. Pediu o apoio para que as políticas públicas sejam viabilizadas e citou o perfil e relatos das mulheres atendidas pelo centro. Em seguida, **Dilma Pinheiro**- tratou sobre a necessidade de fortalecer a rede de atendimento a violência contra a mulher onde precisamos ser mais oposicionistas. Informou o trabalho de conscientização do direito da mulher que vem sendo realizado em vários espaços. Após, vereadora **Ana Hora** - deixou o seu apoio á causa e tratou sobre a questão da mulher na política onde, de acordo com pesquisa quarenta e oito por cento da população são homens e cinquenta e um por cento mulheres enquanto nesta Casa entre vinte e um parlamentares apenas cinco são mulheres. Comentou sobre a cota mínima determinada por lei para mulheres na politicas onde não vemos o cumprimento da mesma. Concluiu citando o percentual de mulheres que ocupam cadeiras nas casas legislativas. A seguir, **Cibele Moura – deputada estadual** - entende a dificuldade de estar em um parlamento com apenas cinco mulheres onde é o que ocorre na assembleia legislativa porem essas tem se unido e formado a bancada feminina. Disse que falta muito para que a rede feminina avance e vê de forma assustadora Alagoas como um dos estados com maior índice de violência contra a mulher. Informou a sanção da lei de sua autoria aprovada na assembleia legislativa onde determina que nenhum condenado pela lei Maria da Penha pode assumir cargos no serviço público estadual e a mesma lei está em tramitação nesta Casa para que o mesmo ocorra no município, além de outras leis que estão tramitando na assembleia legislativa a exemplo da criação de delegacia humanizada



para a mulher. Finalizando, deixou o seu gabinete a disposição para receber a todos que queiram discutir metas de combate á violência contra a mulher. Passada a palavra para a sociedade civil organizada, fez uso da tribuna os senhores: **Elita Moraes – mestra em direito e advogada do centro de defesa dos direitos da mulher** - trouxe dados gerais e específicos de casos de violência contra a mulher sendo quatro mil novecentos e trinta e seis homicídios cometidos pelos cônjuges, sessenta e seis por cento por racismo e Alagoas sai em disparada nesse quesito, setenta e quatro em 2017 com arma de fogo ou objeto perfuro cortante. **Francisco Peixoto (morador do bairro Jacintinho).** A senhora presidente convidou a todos para em posição de respeito ouvir a execução do hino de Maceió e deu por encerrada a audiência agradecendo a presença de todos. Maceió, 26 de agosto de 2019 – Joao Antônio Leite de Cerqueira – Chefe do Setor de Divisão de Redação de Atas e Debates.